

GOVERNO

Ministro Marcelo Queiroga afirma que será editado nos próximos dias um ato normativo revogando portaria que determinava ações prioritárias de combate ao novo coronavírus

Fim da emergência para COVID

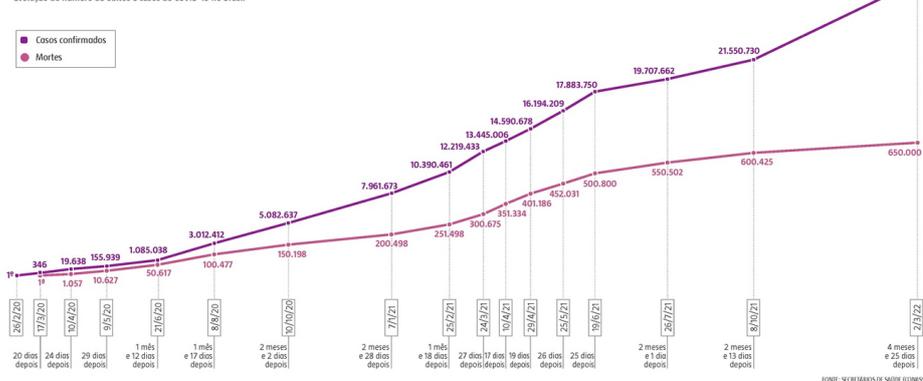
BERNARDO ESTILAC O fim do estado de emergência sanitária da pandemia da COVID-19 no Brasil foi anunciado na noite de ontem pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV. Ele disse que o país apresenta as condições necessárias para revogar a portaria que estabeleceu uma série de medidas de urgência para o combate à doença. A Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) foi assinada pelo então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em 18 de fevereiro de 2020. A portaria autorizava, por exemplo, uso emergencial e aprovação da compra de vacinas e medicamentos. Queiroga atribuiu o fim do estado de emergência à melhora do cenário epidemiológico e à possibilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) de ofertar assistência aos brasileiros. "O Brasil realizou a maior campanha de vacinação de sua história. Já foram distribuídas mais de 476 mi-

lhões de doses da vacina, todas adquiridas pelo Ministério da Saúde. Hoje, mais de 73% da população brasileira completou o esquema vacinal e mais de 71 milhões de brasileiros receberam a dose de reforço. Temos vacinas disponíveis e os brasileiros acessam livremente essa política pública", afirmou Queiroga no pronunciamento. O fim da Espin, segundo o ministro, será decretado nos próximos dias, quando será editado um ato normativo para formalizar o anúncio. Essa medida, no entanto, não significa o fim da COVID-19. Continuaremos a conviver com o vírus. O Ministério da Saúde permanece vigilante e preparado para adotar todas as ações necessárias para garantir a saúde dos brasileiros, ressaltou Queiroga. Desde o início da pandemia, mais de 640 mil brasileiros morreram em decorrência da COVID-19 e o país ultrapassou a marca de 30 milhões de diagnósticos da doença, segundo dados do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass).



Essa medida não significa o fim da COVID-19. O Ministério da Saúde permanece vigilante e preparado para adotar todas as ações necessárias para garantir a saúde dos brasileiros" - Marcelo Queiroga, ministro da Saúde, em pronunciamento na TV

O VÍRUS ENTRE NÓS



"O mais prudente era esperar um pouco"

GUILLERME PAXIÓDIO A decisão do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de encerrar a emergência em saúde pública para a COVID-19 preocupa especialistas. O infectologista Gerardo Cury, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), diz que não é o momento para o governo tomar essa decisão. "Não se revoga COVID com decreto. A doença existe, ainda há aspectos desconhecidos e não sabemos se pode aparecer uma nova variante. O mais prudente era esperar um pouco", afirmou ele ao Estado de Minas. O espaço entre os principais marcos da curva da doença tem diminuído. O Brasil rompeu a marca dos 100 mil óbitos em 8 de agosto de 2020, dois meses e seis dias depois, já semana 150.198. Na mão oposta, em 8 de outubro de 2021, o país chegou a 600.425 mortes. E, quatro meses e 25 dias depois, a 650 mil, como mostra o gráfico nesta página. O infectologista Leandro Curti entende que tem mérito a atualização das estatísticas e é capaz de justificar a decisão de Queiroga. "Os números ainda existem. Ainda temos infecções e mortes. Ainda há poucos medicamentos para tratar, em nível público, a COVID-19 e o Paxlovid [aprovado pela Anvisa em novembro] está chegando. É, ainda, uma doença que mata. Uma fatia muito grande da população

que se vacinou, mas outra, preocupante, ainda não. Quanto mais a gente trabalhar em conjunto - população e poder público - mais rápido saímos disso", alerta. Para Gerardo Cury, há, em jogo, aspectos além dos efeitos legais da revogação. "A decisão passa a população a falsa impressão de que o problema já está resolvido - e não está. Temos, ainda, dezenas de pessoas morrendo por dia de COVID-19. Isso não pode ser feito com outras intervenções, políticas", pontua. Gerardo Cury alerta para a necessidade de expansão da cobertura vacinal antes de flexibilizações. Em Minas Gerais, por exemplo, a terceira dose foi tomada por apenas 56,2% dos maiores de idade - ou que tangue à injeção inicial e ao reforço, os índices são, respectivamente, de 87,2% e 82,7%. "A grande quantidade de pessoas que ainda morrem por dia de COVID-19 é escandalosa. A única medida a ser feita no momento é a vacinação, que tem de ser reforçada. As pessoas ainda não estão com a quarta dose nas faixas etárias devidas; a terceira dose foi tomada por pouca gente", avalia. "Não estamos com a pandemia controlada na palma da mão. Com a evolução da vacina, se conseguirmos uma adesão maior dos pais para vacinar as crianças - e das pessoas que não se vacinaram - a gente consegue sanar. Mas, ainda assim, existe COVID, e ainda assim, mata. Pendemos centenas de



Mandetta assinou a portaria que criou a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), em fevereiro de 2020

Os números ainda existem. Ainda temos infecções e mortes. Ainda há poucos medicamentos para tratar a COVID. É, ainda, uma doença que mata" - Leandro Curti, infectologista

existência do documento, mas não obtive resposta até o fechamento desta edição. Para relaxar o estado de emergência, Queiroga se ampara no cenário epidemiológico nacional. Segundo o mais recente boletim da COVID-19, divulgado ontem pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), o país soma 30,25 milhões de diagnósticos positivos e 619 mil mortes - nas 24 horas anteriores à publicação, foram registrados 25 mil casos e 22 óbitos. Em recente restrito a Minas Gerais, não houve baixas por coronavírus. O ato de Queiroga vai ao encontro de um desejo do presidente Jair Bolsonaro, que tem manifestado publicamente a vontade de relaxar as legislações que regem o combate à pandemia. Ele chegou a protestar o rebatimento da doença de pandemia para doença - esquecendo-se de que a classificação é de competência exclusiva da OMS. "Não se justificam mais todos esses cuidados no tocante ao vírus. Todo mundo vê que praticamente acabou 'isso aí'. Você vê, no carnaval e nas praias, que o povo praticamente abandonou máscaras e outros cuidados", argumentou, em março, durante entrevista à TV Ponta Negra, afiliada do SBT no Rio Grande do Norte. Em dezembro de 2020, quando o país atravessava altos indicadores da COVID-19, o presidente chegou a afirmar que a pandemia estava no "finalzinho".

personas toda semana", diz Leandro Curti. O temor quanto aos mínimos insulficientes da vacinação infantil, além, tem feito o prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD), postergar a liberação das máscaras em espaços fechados. HISTÓRICO Quando a portaria sobre Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) foi publicada, em 18 de fevereiro de 2020, o Brasil ainda não tinha casos e mortes pela COVID-19 - a primeira contaminação foi oficializada oito dias depois. De lá para cá, antes da revogação do decreto, anunciada ontem, o país enfrentou ondas intensas de contágio, precisou lidar com variantes e viu o presidente Jair Bolsonaro (PL) "prever" o fim da pandemia. A decisão, no entanto, cabe apenas à Organização Mundial da Saúde (OMS), que na semana passada decidiu manter a classificação. A portaria emergencial leva a assinatura de Luiz Henrique Mandetta, o primeiro dos quatro ministros da Saúde de Bolsonaro. O documento sustenta, por exemplo, a autorização para uso emergencial de vacinas e medicamentos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) analisa formas de mitigar os efeitos da decisão do ministro Marcelo Queiroga. "Numa análise rasa, tudo isso o uso emergencial de vacinas e remédios [caíra-se a gente não tivesse mais o status de emergência em saúde pública. Mas, obviamente, não podemos ser escarvos de documentos] disse, na semana passada, o ministro Marcelo Queiroga, em entrevista ao portal jurídico 'Jota'. No sábado, o jornal 'Valor Econômico' noticiou o envio de um ofício feito pela Saúde federal à Anvisa. O requerimento pede a extensão, por um ano, do aval ao uso emergencial dos compostos. O Estado de Minas procurou o ministério para confirmar a

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

**Seção:** Política **Página:** 4